

CARTA IBGE

IBGE

Ano V • Nº 61

novembro • 1999

IBGE divulga a tábua de vida para o ano de 1998

A chamada tábua de vida, que vai ser utilizada pelo INSS nos cálculos de aposentadoria, é uma estimativa da expectativa de vida da população brasileira, de acordo com a idade em que a pessoa se encontra.

A nova tábua de vida, elaborada para o ano de 1998, reflete o processo de transformação demográfica que vem conduzindo ao gradual envelhecimento da população. Nessa evolução, a expectativa de vida ao nascer, que era de 43,33 anos em 1950, passou a 68,10 anos em 1998. Mas essa expectativa varia de acordo com a idade em que a pessoa se encontra. Aos 50 anos, por exemplo, idade em que a maioria da população está prestes a se aposentar, a expectativa de vida em 1998 era de 25,2 anos; aos 60 anos, de 17,6; aos 70 anos, de 10,9 e assim por diante, numa sobrevida cada vez menor à medida que a idade aumenta.

As principais causas desse processo de envelhecimento por que vem passando a população brasileira são: o declínio acentuado da fecundidade nas últimas décadas – que fez com que o número de filhos por mulher passasse, de 6,2 em 1950, para 2,4 em 1997 –; declínio dos óbitos relacionados às doenças que

mais incidem sobre a população infantil e redução dos níveis de mortalidade na maioria dos grupos etários, que resultaram no prolongamento da expectativa de vida.

As transformações ocorridas quanto à fecundidade e mortalidade resultaram, evidentemente, numa intensa

modificação no perfil etário da população brasileira. De um país predominantemente jovem, que, em 1940, tinha 42% de sua população com idade inferior a 15 anos, o Brasil vem experimentando um processo de envelhecimento, com a faixa jovem declinando para 31% em 1998. Para o ano de 2020, as projeções apontam para uma proporção de apenas 24% da população com idade inferior a 15 anos. Em contrapartida, a população de 60 anos, que era de 4% em 1940, saltou para 7,6% em 1998, com possibilidade de chegar a 12% em 2020, o que corresponderia a uma população de mais de 25 milhões de pessoas.

IDADE EXATA	EXPECTATIVA DE VIDA	IDADE EXATA	EXPECTATIVA DE VIDA
40	33,6	60	17,6
41	32,7	61	16,9
42	31,9	62	16,2
43	31,0	63	15,5
44	30,2	64	14,8
45	29,3	65	14,1
46	28,5	66	13,5
47	27,7	67	12,8
48	26,8	68	12,2
49	26,0	69	11,5
50	25,2	70	10,9
51	24,4	71	10,4
52	23,6	72	9,8
53	22,8	73	9,2
54	22,1	74	8,7
55	21,3	75	8,2
56	20,5	76	7,7
57	19,8	77	7,3
58	19,0	78	6,8
59	18,3	79	6,4
		80+	6,0

Algumas regiões reduzem seu ritmo de produção


Em setembro, a produção industrial ficou menor do que a verificada no mesmo mês do ano passado em seis das 12 áreas pesquisadas. A Bahia registrou a maior queda (5,4%), seguida por São Paulo (-2,3%), que vem apontando redução no ritmo de queda.

Entre os locais com crescimento de produção, no confronto setembro 99/setembro 98, a indústria do Espírito Santo apresenta o maior crescimento (13,6%), pressionada pelos aumentos dos setores de química (31,6%), extrativa mineral (24,6%) e metalúrgica (19,6%). Também apresentaram expansão as indústrias do Ceará (7,8%), Minas Gerais (4,7%), Rio de Janeiro (7,4%), região Sul (1,2%) e Santa Catarina (1,0%).

Em bases trimestrais, os índices confirmam um movimento de reação no ritmo de atividade fabril para a metade dos locais pesquisados. Essa tendência é particularmente evidente nos resultados de Minas Gerais (de -2,5%, no segundo trimestre, para 3,0%, no terceiro) e do Espírito Santo (de 6,3% para 9,3%).

No indicador acumulado para o período janeiro-setembro, as áreas onde é mais forte a presença de bens de capital e/ou bens de consumo duráveis continuam apresentando os maiores decréscimos. Estão neste caso as indústrias de São Paulo (-7,2%) e de Minas Gerais (-1,7%). Nos demais locais com índices negativos as quedas são bem mais suaves: Nordeste (-0,7%), Bahia (-0,3%), Paraná (-0,1%) e Rio Grande do Sul (-0,1%).

Entre os seis locais com crescimento, a liderança fica com as indústrias do Espírito Santo (6,9%), fortemente articulada às exportações, e do Rio de Janeiro (6,2%), em consequência da atividade de extração e refino de petróleo. Também foi registrado crescimento nas indústrias do Ceará (1,1%), Pernambuco (0,6%), Sul (1,2%) e Santa Catarina (1,6%).



Carta IBGE na INTERNET

Notícias	Press Releases
Ind. Conjunturas	Carta IBGE
População	
Economia	
Desenvolvimento	
Produtos e Serviços	
Bibliotecas	
FTP	
Outros Links	

Desde agosto de 1999, as Cartas IBGE podem ser obtidas diretamente em nosso endereço na Internet.

Ao clicar em *Notícias* e, em seguida, em *Carta IBGE*, aparecem na tela todas as edições eletrônicas disponíveis.

O leitor terá, assim, a publicação no mesmo formato do papel, podendo imprimi-la se desejar. A leitura desse formato, chamado PDF ou *Portable Document Format*, requer a instalação do programa Adobe Acrobat Reader, muito comum hoje para a troca de documentos sem perda de formatação. Um *link* para se chegar ao *software* pode ser encontrado na própria página da Carta.

Indústria dá sinal de recuperação

Em relação ao mês anterior, houve crescimento de 0,1% em setembro e, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a taxa ficou em 0,3%. Os demais indicadores continuam negativos. O acumulado do ano ficou em -2,6% e o dos últimos 12 meses, em -3,1%.

O crescimento da produção global, entre agosto e setembro, reflete o comportamento positivo de 11 dos 20 ramos pesquisados, destacando-se *têxtil* (3,2%); *farmacêutica* (3,1%); *extrativa mineral* (2,7%); *química* (2,6%) e *mecânica* (2,5%).

Por categoria de uso, houve crescimento apenas em bens de capital (0,6%). Nas demais áreas, as quedas ficam em: bens de consumo semi e não-duráveis (-0,1%), bens intermediários (-0,3%) e bens de consumo duráveis (-1,3%).

Indústria cresce na comparação com setembro do ano anterior

O aumento global de 0,3%, no comparativo setembro 99 / setembro 98, reflete o comportamento positivo observado em 11 ramos industriais, mas é particularmente influenciado pelo desempenho favorável de *extrativa mineral* (10,5%); *química* (2,8%) e *produtos alimentares* (3,4%).

As pressões negativas são decorrentes dos desempenhos de *mecânica* (-6,9%) e *material de transporte* (-4,9%). Nestes dois ramos, os itens de maior participação são tipicamente do setor de bens de capital: tratores agrícolas e caminhões. Também tiveram comportamento negativo: *vestuário* (-9,5%), *matérias plásticas* (-10,7%) e *minerais não metálicos* (-5,5%).

Os resultados segundo as categorias de uso mostram, no confronto setembro 99/setembro 98, que o segmento de bens intermediários é o único a apresentar crescimento (2,4%), sustentado principalmente pelos subsetores de *combustíveis e lubrificantes básicos* (14,6%) e de *insumos industriais elaborados* (1,6%).

No primeiro, o destaque é o item petróleo e no segundo, o aumento na produção de polietileno. O segmento de semiduráveis e não-duráveis apresentou taxa de -1,4%. Já as áreas de bens de capital (-6,3%) e de bens de consumo duráveis (-4,2%) prosseguem como as de quedas mais intensas. Entre os duráveis, há redução tanto nos eletrodomésticos (-3,9%), como na fabricação de automóveis (-4,7%). No caso de bens de capital, a queda na produção de máquinas agrícolas (-19,5%) é o principal destaque negativo.

Num projeto conjunto, IBGE divulga PIB e peso dos estados na economia nacional

Lançada pelo IBGE a série das Contas Regionais do Brasil revela que, embora não tenha se alterado a posição relativa dos oito principais estados brasileiros, a distância entre eles está se reduzindo.

São Paulo continua sendo o primeiro, mas o seu peso caiu de 36,12% em 1985 para 35,48% em 1997. O Rio de Janeiro permanece em segundo lugar, mas também perde peso econômico, caindo de 12,70% para 11,25% nesses 12 anos. Minas Gerais continua em terceiro no *ranking*, mas seu peso sobe de 9,61% para 10,01%, diminuindo a distância que o separava do Rio de Janeiro, que era de três pontos percentuais em 1985, para apenas um ponto percentual em 1997. O período de tempo estudado, de 1985 a 1997, ainda não é suficiente para revelar mudanças profundas na posição relativa de cada estado, mas indica que elas estão em curso.

Os dados do IBGE revelam ainda que outros estados, além do Rio de Janeiro, reduziram significativamente sua participação no PIB, como Bahia (5,35% para 4,25%), Sergipe (0,92% para 0,56%) e Alagoas (0,86% para 0,66%).

Já Ceará e Mato Grosso tiveram, como Minas Gerais, seu peso econômico aumentado. Em Mato Grosso, o aumento expressivo de sua participação (0,69% para 1,05%), é atribuído ao crescimento da atividade agrícola no estado. A agricultura matogrossense mais que duplicou sua participação na agricultura brasileira e, no próprio estado, já representa 18% do PIB.

Com relação ao comportamento da economia, de um modo geral, chama a atenção a queda ocorrida, ao longo do período, nas atividades agrícolas e industriais, que diminuíram sua importância em favor da atividade de serviços, que aumentou significativamente sua participação.

Cada um dos 27 estados tem uma abertura de, no mínimo, 15 atividades, para permitir a comparabilidade entre todos. Dentro de cada uma das atividades, no entanto, cada estado terá um detalhamento maior ou menor, de acordo com o seu perfil econômico. Com esses resultados, e com a estimativa de população feita também pelo IBGE, pôde-se chegar ao PIB per capita dos estados, que é a relação entre a produção interna do estado e sua respectiva população.

Esforço conjunto do IBGE e dos estados

Coube ao Departamento de Contas Nacionais do IBGE (Decna), que já calcula o PIB brasileiro, elaborar a metodologia, treinar e capacitar as equipes técnicas dos órgãos estaduais ao longo dos últimos dois anos. Com isso, 21 estados elaboraram suas próprias contas, cabendo ao IBGE apenas o cálculo dos seis restantes, que não tiveram

condições de montarem a tempo suas equipes, o que será feito daqui para frente.

Hoje, cerca de 70 técnicos, no Brasil todo, estão capacitados a executar as contas e dar continuidade ao programa, que terá o IBGE como coordenador, oferecendo treinamento, acompanhamento técnico e análise da consistência dos resultados finais, de modo a que o resultado final tenha a chancela do Instituto.

As atividades que mais reduziram sua participação de 1985 a 1997 foram:

	1985 (%)	1997 (%)
Indústria de Transformação	32,33	23,48
Extrativa Mineral	3,27	1,04
Agricultura	11,23	7,18
Sistema Financeiro	13,15	6,43

As atividades que mais aumentaram sua participação no período foram:

	1985 (%)	1997 (%)
Comunicação	0,96	2,01
Aluguéis	5,30	14,30
Administração Pública	9,06	14,89

Participação percentual dos estados no PIB do Brasil:

	1985 (%)	1997 (%)
São Paulo	36,12	35,48
Rio de Janeiro	12,70	11,22
Minas Gerais	9,61	10,01
Rio Grande do Sul	7,88	7,95
Paraná	5,92	6,07
Bahia	5,35	4,25
Santa Catarina	3,30	3,66
Pernambuco	2,62	2,69
Distrito Federal	1,37	2,28
Ceará	1,72	2,02
Espírito Santo	1,72	1,86
Goiás	1,80	1,84
Pará	1,52	1,69
Amazonas	1,52	1,66
Mato Grosso do Sul	0,95	1,07
Mato Grosso	0,69	1,05
Maranhão	0,74	0,85
Paraíba	0,72	0,80
Rio Grande do Norte	0,78	0,77
Alagoas	0,86	0,66
Sergipe	0,92	0,56
Piauí	0,39	0,49
Rondônia	0,48	0,48
Tocantins	—	0,20
Amapá	0,12	0,18
Acre	0,13	0,15
Roraima	0,07	0,07

Primeira estimativa da safra de 2000

Foi realizado, em outubro, o primeiro levantamento sobre as intenções de plantio e as áreas já plantadas para a safra de 2000. A estimativa é de 27,987 milhões de hectares, inferior em 0,42% à área plantada para a safra de 1999, que foi de 28,104 milhões de hectares. Comparando-se com a área colhida (27,861 milhões de hectares), a área para a safra de 2000 passa a apresentar um acréscimo de 0,45%.

As perspectivas da cultura do algodão herbáceo para a safra de 2000 indicam um pequeno acréscimo de 0,55%, situando-se em 537.780 hectares, muito embora os estados de São Paulo e Mato Grosso, tidos, reconhecidamente, como grandes produtores, ainda não tenham concluído os primeiros levantamentos de campo.

A área plantada ou em intenção de plantio com arroz, considerando os sistemas irrigado e sequeiro, situa-se em 2.459.063 hectares, menor 4,03% que a plantada no ano passado. Entre os maiores produtores, as reduções mais evidentes são verificadas nos estados de Goiás, (21,33%) e do Rio Grande do Sul (5,61%).

Com relação ao feijão da primeira safra, observa-se uma redução de 5,66% na área plantada para a safra de 2000, situando-se em 1.159.562 hectares. Os maiores decréscimos são verificados na região Sul: Paraná (-11,51%), Santa Catarina (-2,64%) e Rio Grande do Sul (-4,58%).



Quanto à área plantada com milho 1ª safra, as primeiras informações para a próxima safra mostram um decréscimo de 1,36%, sendo esperado um plantio de 7.017.791 hectares. As quedas foram mais acentuadas em Mato Grosso do Sul (19,20%), Distrito Federal (26,14%), Rio Grande do Sul (3,12%), Minas Gerais (4,65%) e Rio de Janeiro (8,28%). No Paraná, maior produtor, o incremento é de 2,94%.

Para a soja, a área destinada ao plantio nessa safra é da ordem de 12.332.698 hectares, maior 1,15% do que a cultivada em 1999. Exceto Santa Catarina, com redução de 3,52%, os demais estados apresentam áreas maiores:

Minas Gerais (1,37%) Paraná (1,45%), Mato Grosso do Sul (2,88%) Goiás (4,97%) e Distrito Federal (9,19%). São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso apresentam os mesmos resultados de 1999.

Safra de 1999 supera em 9,64% a de 1998

Segundo as estimativas do mês de outubro, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá atingir 82,429 milhões de toneladas em 1999, apresentando-se superior em 9,64% à obtida no ano anterior (75,178 milhões de toneladas). Essa produção está distribuída da seguinte forma: região Norte 2,342 milhões de toneladas, Nordeste 5,884 milhões de toneladas, Sudeste 12,463 milhões de toneladas, Sul 37,616 milhões de toneladas e Centro-Oeste 24,123 milhões de toneladas.

■ CONSTRUÇÃO CIVIL

Construção civil sobe 0,7%

Em outubro, o custo nacional da construção civil aumentou 0,7% (0,27 pontos percentuais acima do mês de setembro), ficando em R\$ 297,85 por metro quadrado e acumulando uma alta de 5,30% no ano.

Em todas as regiões foram registradas variações positivas, sendo que as maiores altas no mês foram apresentadas pelas regiões Sudeste (0,83%) e Nordeste (0,61%). A mais baixa foi verificada no Sul (0,48%). No acumulado do ano, as regiões Sudeste (6,80%), Centro-Oeste (5,99%) e Sul (5,60%) apresentaram aumentos acima da média nacional. Abaixo, situaram-se o Norte com 2,13% e o Nordeste com 3,37%.

Por unidade da federação, houve deflação em apenas dois estados: Paraíba (-0,51%) e Pernambuco (-0,03%). Por outro lado, os aumentos salariais pressionaram os resultados em alguns estados como Roraima (2,88%), Bahia (1,29%) e Espírito Santo (1,46%). No período janeiro-outubro, o aumento mais expressivo ficou com o Distrito Federal (7,53%). Também registraram alta acima do acumulado nacional (5,30%) todos os estados da região Sudeste, situando-se entre 6,14%, no Rio de Janeiro, e 7,33%, em Minas Gerais. No Nordeste, ao contrário, os índices ficaram abaixo, entre 0,79%, no Maranhão, e 4,90%, na Bahia.

Os resultados são produzidos mensalmente pelo IBGE a partir do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – através de convênio com a CAIXA.

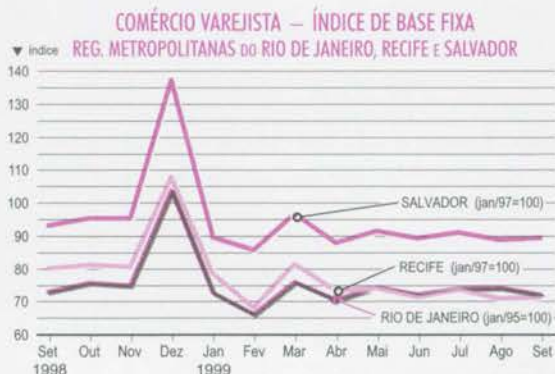
■ COMÉRCIO VAREJISTA

Faturamento do comércio cresce em Recife e Salvador e cai no Rio

Em setembro, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador apresentaram alta de 0,4% e 0,7%, respectivamente, em relação ao mês de agosto. No Rio de Janeiro a variação foi negativa (-2,9%).

A Pesquisa Mensal do Comércio registou, mais uma vez, declínio no faturamento das três regiões metropolitanas, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O destaque ficou com Recife (-11,3%), seguido de Salvador (-3,7%) e do Rio de Janeiro (-1,0%). No acumulado do ano, a situação se repete, com Recife apontando a maior redução (-11,7%), vindo a seguir Salvador (-4,7%) e Rio de Janeiro (-4,0%).

De agosto para setembro, somente três das dez atividades pesquisadas na região metropolitana do Rio de Janeiro tiveram aumento de faturamento: *móveis e eletrodomésticos* (4,6%); *automóveis e motos, peças e acessórios* (2,3%) e *material de construção* (1,3%). Quanto ao nível de emprego, apenas o Rio de Janeiro apresentou aumento no número de pessoas ocupadas no varejo, crescendo 0,3% de agosto para setembro.



Em Recife, o resultado positivo no faturamento foi influenciado pelo bom desempenho dos setores *combustíveis e lubrificantes automotivos* (9,58%); *mercearias, açougues e assemelhados* (7,61%) e *outros artigos de uso pessoal* (6,74). Já, em relação ao nível de ocupação, o resultado foi desfavorável, apontando um recuo de 0,5% sobre o mês de agosto. Essa redução no número de pessoas ocupadas vem afetando os salários e demais remunerações, apresentando, nesse período, um ligeiro acréscimo de 0,3%.

Em Salvador, houve aumento do faturamento em apenas três das atividades pesquisadas: *combustíveis e lubrificantes automotivos* (10,10%); *lojas de departamentos* (8,93%) e *outros artigos de uso pessoal* (2,61%). Quanto ao número de pessoas ocupadas, houve redução de 0,3%, de agosto para setembro. Com isso, o acumulado do ano chega a -7,6%.

■ INFLAÇÃO

Inflação de outubro subiu para 1,19%

Com este resultado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ficou 0,88 ponto percentual superior à taxa de 0,31% de setembro. Em outubro de 1998, o IPCA havia registrado variação de 0,02%. A taxa dos últimos 12 meses situou-se em 7,50% e o acumulado do ano passou para 7,27%, acima de igual período de 1998 (1,44%).

O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980 e refere-se às famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e do Distrito Federal. Desde agosto, o IPCA está sendo calculado com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares 95/96.

O maior índice regional foi verificado em Goiânia (1,73%), onde a variação de preços do álcool atingiu 32,17%. O menor índice ocorreu em Belo Horizonte (0,82%).

Na média das regiões, os alimentos apresentaram alta de 1,77%, ficando acima da taxa de 0,34% registrada em setembro. A entressafra e problemas climáticos provocaram alta em alguns produtos, destacando-se açúcar cristal (16,07%); açúcar refinado (14,25%); carne seca (12,51%); carnes (9,19%); feijão preto (8,23%); frango (5,39%) e pescado (2,55%).

A variação de preços dos produtos não alimentícios situou-se em 1,02%, ficando superior à taxa de setembro (0,30%). O aumento de 12,22% no preço do automóvel novo e de 10,60% no do álcool levaram *transportes* à liderança dos grupos com 3,24%.

Quanto ao INPC, a variação foi de 0,96% em outubro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ficou 0,57 ponto percentual superior à taxa registrada em setembro (0,39%). Em outubro de 1998, o INPC havia registrado uma variação de 0,11%. Com este resultado, o INPC, que mede o consumo de famílias com rendimento de um a oito salários mínimos, apontou uma taxa de 6,89% nos últimos 12 meses e de 6,63%, no acumulado do ano.

	IPCA (%)		INPC (%)	
	Setembro	Outubro	Setembro	Outubro
Brasília	1,14	0,99	1,66	1,23
Goiânia	0,50	1,73	0,70	1,21
Porto Alegre	0,37	1,07	0,49	1,17
São Paulo	0,36	1,42	0,54	0,90
Curitiba	0,35	0,91	0,51	0,52
Belo Horizonte	0,26	0,82	0,32	0,60
Fortaleza	0,26	1,32	0,09	1,38
Recife	0,22	1,10	0,16	0,89
Belém	0,20	1,51	0,23	1,78
Salvador	0,12	1,13	0,30	1,02
Rio de Janeiro	0,10	0,90	0,07	0,78

Taxa de desemprego fica estável em outubro

Com um índice de 7,5%, ligeiramente superior ao de setembro (7,4%) e exatamente igual ao de outubro do ano passado, a Pesquisa Mensal do Emprego estimou, em outubro, um quadro menos favorável que o de setembro.

Entre os meses de setembro e outubro, o número de pessoas trabalhando aumentou apenas 0,4%, contra 1,1% do período agosto/setembro. O ligeiro crescimento da ocupação ocorreu em função da expansão nos setores da construção civil e do comércio, em torno de 1,5%. Na indústria de transformação e nos serviços, as variações não foram significativas.

Entre as categorias de ocupação, aumentou o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (2,5%) e caiu o número de empregadores (-2,2%) e de trabalhadores por conta própria (-0,6%), enquanto o de empregados com carteira de trabalho assinada manteve-se praticamente constante. O número de pessoas procurando trabalho cresceu ligeiramente (2,9%). No mês anterior, a variação mensal foi de -3,5%, o que manteve a taxa média de desemprego aberto num patamar elevado.

Na comparação anual (mês/mesmo mês do ano anterior), o número de pessoas trabalhando variou ligeiramente (0,4%), em função dos acréscimos verificados nos setores do comércio e dos serviços, em torno de 1%, e na construção civil (0,5%).

Na indústria de transformação, o número de trabalhadores continua caindo (-1,6%). Entre as categorias, manteve-se o comportamento de queda no número de empregados com carteira de trabalho assinada (-1,4%) e de empregadores (-1,6%). O número de empregados sem carteira assinada (3,7%) e o de trabalhadores por conta própria (0,8%) continua crescendo.

Rendimento também permaneceu estável de agosto para setembro

De setembro do ano passado para setembro deste ano, no entanto, o rendimento caiu 6,6%, continuando a tendência de queda. Na comparação com o mês anterior, caiu o rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada (-1,1%) e aumentou o rendimento dos conta própria (3,7%). O rendimento dos empregados sem carteira de trabalho assinada variou ligeiramente (0,3%).

Já na comparação com setembro de 98, a queda foi generalizada, destacando-se a variação do rendimento dos conta própria (-6,6%) e dos empregados com carteira de trabalho assinada (-5,3%). Nesta comparação, a tendência é de queda dos rendimentos das duas categorias.

Emprego industrial volta a crescer em setembro

O setor industrial mostra ligeira recuperação em setembro, apontando um crescimento de 0,1% em relação a agosto. Os demais indicadores, no entanto, continuam apresentando quedas significativas no emprego: -6,8% em relação a setembro de 1998; -8,4% no acumulado do ano e -8,6% nos últimos 12 meses.

De agosto para setembro, a indústria de São Paulo foi a única onde o número de admissões superou o de demissões. O aumento de 0,4% no emprego neste estado é fruto dos acréscimos observados em 15 dos 22 setores pesquisados, com destaque para *papel e papelão* (2,0%); *extrativa mineral* (1,9%) e *mobiliário* (1,5%). O emprego ficou estável nas indústrias de Minas Gerais e da região Sul, e reduziu no Rio de Janeiro (-0,4%) e no Nordeste (-0,3%).

No total do país, 12 ramos industriais ampliam o quadro de trabalhadores, sendo os maiores aumentos assinalados em *bebidas* (2,0%); *papel e papelão* (1,3%) e *mobiliário* (1,2%). Entre os setores que reduzem mão-de-obra, *fumo* (-11,6%) aparece com a maior queda.

No confronto setembro99/setembro 98, todos os locais e setores pesquisados reduzem quadro de pessoal. Em nível setorial, o recuo foi mais intenso em *fumo* (-25,0%); *material elétrico e de comunicações* (-12,6%) e *metalúrgica* (-11,1%).

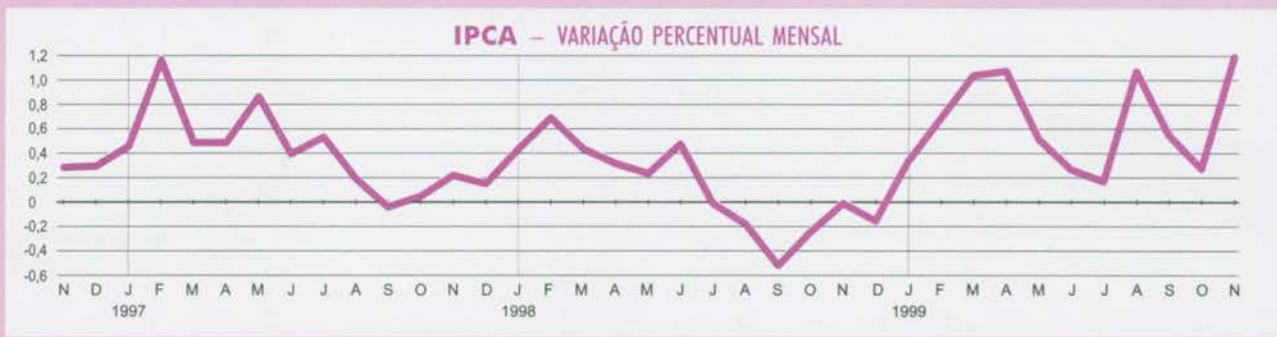
Regionalmente, a indústria do Nordeste apontou a maior queda (-8,9%), ficando os demais locais com os seguintes resultados: Rio de Janeiro (-7,4%); São Paulo (-7,0%); Minas Gerais (-6,1%) e região Sul (-4,7%).

Total de salários cai 0,3%, no confronto com o mês anterior

Essa é a terceira queda consecutiva nesse tipo de comparação. Os demais indicadores continuam mostrando resultados negativos, acompanhando a redução no emprego: -10,4% em relação a setembro de 1998, -10,4% no acumulado do ano e -10,0% nos últimos 12 meses.

No confronto setembro 99/setembro 98, todos os locais e 21 setores pesquisados reduziram o total de salários. Com quedas superiores à média brasileira (-10,4%) encontram-se São Paulo (-11,3%) e Nordeste (-11,2%). Nos demais locais os resultados foram: Rio de Janeiro (-9,9%); Minas Gerais (-9,5%) e região Sul (-7,4%).

Por gênero, os decréscimos mais acentuados foram assinalados em *fumo* (-22,2%); *material elétrico e de comunicações* (-14,7%) e *metalúrgica* (-14,4%). Houve aumento apenas em *farmacêutica* (1,3%).



INDICADORES CONJUNTURAIS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1999-III	124,23 (1)	-0,18 (1)	-0,31 (2)
Agropecuária	1999-III	127,05 (1)	-2,92 (1)	3,35 (2)
Indústria	1999-III	118,32 (1)	-0,17 (1)	-2,02 (2)
Serviços	1999-III	123,63 (1)	0,18 (1)	0,22 (2)
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (*)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Out/99	82,429	—	9,64 (4)
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (*)				
Total	Out/99	126,22	1,62 (1)	2,54
Bens de Capital	Out/99	101,57	3,30 (1)	-3,45
Bens Intermediários	Out/99	128,14	2,05 (1)	5,42
Bens de Consumo Duráveis	Out/99	139,35	4,16 (1)	2,76
Bens de Consumo Não-duráveis	Out/99	122,01	0,30 (1)	-2,76
Total	Set/99	124,39	0,09 (1)	0,30
Bens de Capital	Set/99	100,84	0,63 (1)	-6,30
Bens Intermediários	Set/99	124,96	-0,25 (1)	2,38
Bens de Consumo Duráveis	Set/99	145,65	-1,26 (1)	-4,16
Bens de Consumo Não-duráveis	Set/99	121,33	-0,13 (1)	-1,37
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Rio de Janeiro (jan/95=100) (*)				
Faturamento (5)	Set/99	73,48	-2,88	-1,02
Emprego	Set/99	79,28	0,28	-3,04
Salários e Outras Remunerações (5)	Set/99	105,18	0,65	1,39
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Recife (jan/97=100) (*)				
Faturamento (6)	Set/99	70,44	0,38	-11,32
Emprego	Set/99	73,87	-0,43	-10,40
Salários e Outras Remunerações (6)	Set/99	83,10	0,30	-8,20
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Salvador (jan/97=100) (*)				
Faturamento (7)	Set/99	88,74	0,74	-3,69
Emprego	Set/99	81,72	-0,26	-7,33
Salários e Outras Remunerações (7)	Set/99	87,95	0,75	-7,48
■ MERCADO DE TRABALHO (*)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Out/99	7,50	2,20	1,10
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Set/99	118,60	0,10	-6,60
Empregados com Carteira Assinada	Set/99	113,60	-1,10	-5,30
Empregados sem Carteira Assinada	Set/99	136,30	0,30	-2,10
Conta-própria	Set/99	128,70	3,70	-6,60
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Set/99	56,90	0,09	-6,80
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Set/99	119,78	-0,36	-3,84
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (*)	Out/99	1.547,35	0,96 (12)	6,89 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (*)	Out/99	1.564,23	1,19 (12)	7,50 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E	Jul-Set/99	—	2,08 (14)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (*)	Out/99	297,85	0,70 (12)	5,30 (15)

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação no mês. (13) Variação anualizada. (14) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (15) Variação acumulada no ano.

(*) ÍNDICE MENSAL. (**) ÍNDICE TRIMESTRAL.

LANÇAMENTOS IBGE

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 1998

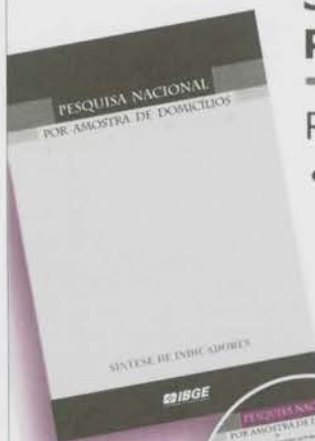
Informações básicas sobre população, famílias e domicílios.
Resultados para Brasil.

Síntese de Indicadores PNAD 1998

Resultados selecionados:

- Migração • Educação • Trabalho • Famílias
- Domicílios • Características gerais da população

Informações disponíveis em CD-ROM
(com dados da pesquisa básica).



Contas Regionais do Brasil 1985-1997

A evolução da
economia do Brasil,
estado por estado.

Em CD-ROM, com
resultados detalhados
das Unidades da
Federação e Brasil.



IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Div. de Comercialização • R. Gal. Canabarro 706 • 2º and. • 20271-201 • Maracanã • RJ
Tel.: (021) 569-2043 • Ramais 118, 119 e 137 • Fax/Tel.: (021) 569-4690
Ligação Direta Gratuita: 0800-218181

0800-218181
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ibge.org>

CARTA IBGE

Publicação Mensal IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Produção CGC
Coordenação Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º andar
Castelo • 20021-120 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 514-4651 • Fax: (021) 220-6521
Internet <http://www.ibge.gov.br>
E-mail cartaibge@ibge.gov.br

Impressão e Circulação CDDI
Centro de Documentação e Disseminação
de Informações

Coordenador e Editor Responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTb-RJ)

Editora-Chefe Maria Léa Aguiar

Assistentes Fátima Santos e Sheila Riera

Projeto Gráfico e Editoração Paulo Weissenberg

Publicidade Lúcia Guimarães

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda,
a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de
Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Tiragem 8.000 exemplares

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 2/12/99

Entregue aos Correios até o dia 29/02/2000